

# Corremos o risco da violência que assola a Grécia

Pedro Góis, investigador no Centro de Estudos Sociais

■ «É o rebotar da bolha em termos sociais»

José Manuel Anes, secretário-executivo do Observatório de Segurança, Crime Organizado e Terrorismo

■ «Há sempre o risco de o fenómeno alastrar através de um efeito mimético»

ANA CLARA

**D**esemprego. Crise económica. Perda de poder de compra. São estes os principais factores que estão na origem das manifestações e greves que têm ocorrido por toda a Europa, incluindo Portugal. O caso mais grave atinge a Grécia, envolvendo jovens estudantes e a polícia. A tensão social teve o seu auge nas ruas de Atenas com a violência a servir de meio para atingir o fim: os protestos contra a crise que atinge as sociedades.

Com as desigualdades sociais sempre a crescer, o aumento do desemprego que previsivelmente vai subir em 2009, as impunidades bancárias que se têm registado em Portugal, a verdade é que também na sociedade portuguesa se tem criado um clima de desconfiança que pode ser negativo. Desde as revoltas de rua, à insatisfação nas universidades, aos protestos de milhares de trabalhadores de empresas que ameaçam falir, por toda a parte do País, há sinais que aparentemente podem explodir.

Mas que fenómeno de massas é este que se vive podendo, nalguns casos, chegar à violência? Pode o crescimento das classes sociais que estão em situação precária levar a mais conflitos? Corremos o risco de ver em Portugal as mesmas imagens que nos chegaram da Grécia?

As opiniões ouvidas por «O DIABO» dividem-se. Além disso, o problema passa também por perceber se no nosso País é possível que, perante um rastilho de violência, possam explodir situações em que jovens se manifestem com violência nas ruas num tipo de contestação política típica dos movimentos internacionais anti-globalização, como aconteceu em Seattle, em Génova, nos subúrbios de Paris e agora em Atenas.



«A sociedade portuguesa é, ao contrário do que alguns políticos dizem, avançada e séria na luta social», diz Pedro Góis

«A democracia já não chega e a rua acaba por ser a única forma de representação social»

Pedro Góis, investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) e professor na Faculdade do Porto, considera que há vários factores que justificam este fenómeno novo: «é uma crise económica que tem sempre consequências sociais, e neste momento, revela um pouco o rebotar dessa bolha em termos sociais».

Todavia, garante que «é mais do que isso»: «alguém disse que é um dos sinais de que o capitalismo está em crise. Mas o capitalismo não é apenas um modelo económico, é um modo de viver em sociedade. O que temos assistido nos últimos anos nas sociedades ocidentais é que, pouco a pouco, o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, tem-se vindo a agravar com um grande conjunto e uma massa cada vez maior de pessoas que são atradas para a franja um pouco menos viável das sociedades».

E acrescenta que tal «é muito visível se olharmos, por exemplo, para os indicadores do rendimento mínimo em Portugal ou no acesso aos



Poderá a crise económica e os descontentamentos provocar em Portugal os mesmos conflitos que se registaram na Grécia?

benefícios sociais mais avançados na Europa, com sistemas de «Welfare» e mais sérios do que o nosso». Pedro Góis refere que, de alguma forma, «este momento é uma altura em que estas tensões vêm à superfície. Algo que é agravado pela globalização e pela noção de que há um fenómeno que nos atinge a todos, mais cedo ou mais tarde».

O especialista em Sociologia das Migrações adianta que estas situações que temos assistido na Grécia e há três anos nos subúrbios de França «são filhos da mesma ideia: é que é a de que a democracia já não chega» e em que «a rua acaba por ser a única forma de representação social».

E, no nosso caso, em Portugal, «temos assistido a esta ideia através das lutas sindicais dos últimos meses. Usa-se a rua como parte da negociação e as massas como forma de pressão. E com sucesso. Desde que têm acontecido as manifestações, os governos cedem em pequenos passos».

Para o investigador, «nas sociedades civilizadas o uso da força é visto um pouco como ilegítimo». «E a negociação é o processo legítimo para resolver estas situações. A negociação não é imediata tal como os resultados. E esse diferencial, entre o momento da negociação e o da resolução dos problemas pode levar nalguns casos anos porque neste caso específico é uma mudança social que está em causa. E é um processo lento», salienta.

Realça que «estamos a usar técnicas de negociação antigas para problemas que são novos» e esclarece que estas técnicas de negociação «com representantes do tipo tradicional, como os sindicatos, aparentemente não resultam, porque existe todo um conjunto de pessoas que não se sente representada pelos sindicatos, que olham para eles como exemplos de car-

reirismo e de carreirismo político. São vistas pela sociedade como são os políticos».

Pedro Góis afirma que «corremos o risco de o copo poder transbordar» mas frisa que «a sociedade portuguesa é, ao contrário do que alguns políticos dizem, avançada e séria na luta social». E argumenta: «vemos isso pelas manifestações pacíficas. Seria necessário recuar muito no tempo para vermos o confronto social de massas. Lembro-me do exemplo da ponte 25 de Abril, nos anos 90, mas esse nem era um fenómeno de massas, mas sim diferenciado».

«Desde as manifestações das propinas nos anos 90 até às dos professores de alguns meses, são manifestações pacíficas. E isso denota uma cultura democrática em Portugal», sublinha.

Pedro Góis diz ainda que sente-se «um acumular de tensão e alguns escapes tradicionais que estão a ser usados como a ajuda familiar, a pequena agricultura de subsistência, o regresso às aldeias de origem, etc.».

E garante que «todos estes escapes estão a ser usados. O Governo tem estado a usar outros: como o rendimento mínimo, ajudas ao desemprego, o apoio a algumas empresas para evitar que elas fechem, etc.».

«Estamos, no fundo, numa panela de pressão, mas a válvula está ainda aberta. E, enquanto estiver aberta, estas tensões têm para onde sair. A questão é: terá o saco do orçamento fundos para sustentar toda a crise?», adverte.

Por fim, questionado sobre qual deve ser a solução encontrada pelos Estados para evitar que a situação se agrave, o professor universitário responde: «através da negociação e do diálogo. Essas têm que ser as armas dos governos».



José Manuel Anes

José Manuel Anes, secretário-executivo do OSCOT

«Fenómeno não é novo»

José Manuel Anes, secretário-executivo do Observatório de Segurança, Crime Organizado e Terrorismo (OSCOT) e director da revista «Segurança e Defesa», afirma que «este fenómeno não é novo» e recorda que «em Maio de 68 houve situações semelhantes».

«A raiz do problema pode situar-se no acumular de tensões sociais e económicas, de corporação ou de grupo, como é o caso de estudantes», explica, sublinhando que «é evidente que tem que haver um grupo que tome a dianteira e que conduza o processo como o exemplo dos estudantes mais ou menos radicalizados, etc.».

Anes refere que actualmente esse fenómeno apenas se limita à Grécia mas reconhece que «há sempre o risco de o fenómeno alastrar através de um efeito mimético». «Mas ele só poderá adquirir a dimensão que teve na Grécia se houver um grupo substancial que tome a vanguarda do processo e que esteja muito radicalizado», garante, sublinhando que «em Portugal isso ainda não acontece».

E lembra que, no nosso País, «as manifestações são ordeiras». «É a grande diferença em Portugal e estamos muito longe de ter o que vemos na Grécia. A questão dos grandes costumes é mais um mito. A nível colectivo, para desencadear uma acção deste género, é difícil e ainda estamos muito longe disso», realça.

José Manuel Anes recorda o exemplo dos tumultos em França há dois anos para comparar o fenómeno. «Há sempre a questão da resolução dos problemas através do diálogo e da boa vontade dos governos, com apoio de medidas concretas», sustenta, rematando: «mais do que a boa vontade dos governos, tudo depende do espírito democrático das pessoas».

A.C.

**CORREMOS O  
RISCO DA  
VIOLÊNCIA QUE  
ASSOLA A GRÉCIA**

P. 8